

ANÁLISES DE POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS PARA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBÚ, BELÉM – PA

Nandiel Silva do Nascimento⁽¹⁾

Acadêmico do quarto semestre do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade Ideal/FACI – Belém-PA. Desde o início da graduação o discente se destacou nos estudos referentes às questões bio-físico-sociais envolvendo as comunidades moradoras da região das ilhas mais habitadas, localizadas ao sul de Belém: Murutucu, Combú e dos Papagaios.

Antonio Viana Galvão⁽²⁾

Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FACI – Belém-PA.

Ana Cláudia Pereira de Barros⁽³⁾

Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FACI – Belém-PA.

Prof^a. MsC. Lucidéa de Oliveira Santos⁽⁴⁾

Prof^a do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FACI / FIBRA – Belém-PA.

Prof. Esp. André Luiz Silva da Silva⁽⁵⁾

Prof. Esp. do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FACI / IFPA/ UFPA – Belém-PA

Endereço⁽¹⁾: Passagem São Luiz, 32, na Av. Doutor Freitas, Pedreira, Belém/PA, CEP: 66080-640. Fone: (91) 8165-2173 e-mail: nandiel21@gmail.com

RESUMO

O estudo expresso no artigo “Análises de Políticas socioambientais para a Área de Proteção Ambiental/APA da Ilha do Combú” foi realizado pela necessidade de se conhecer e analisar quais seriam as vantagens e as desvantagens para as comunidades da Ilha em viverem em uma APA. Trata-se de um estudo que busca identificar e propor, também, soluções em termos de política ambiental aos órgãos públicos e ao setor privado que atuam naquela área. Estabeleceu-se como objetivo conhecer como o poder público desenvolve políticas que garantam a sustentabilidade socioambiental na ilha. O estudo do tema é importante porque permite uma aproximação da realidade vivida pelos moradores da APA. E, para a análise dessa realidade foram feitas pesquisas bibliográfica e documentais tendo como ponto de partida o artigo 225, da lei Nº 6.083, de 13 de novembro de 1997 que transformou a ilha em uma APA, assim como a lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a política nacional para o meio ambiente. A pesquisa de campo para coleta de dados primários se deu por meio de entrevistas estruturadas e não estruturadas junto aos moradores e aos agentes governamentais, dentre estes a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. O objeto de estudo é a identificação das consequências da criação da APA Combú, questionando-se a atuação do Estado no sentido de gerar condições de sustentabilidade e alternativas de trabalho para a população de moradores daquela ilha, já que a legislação impõe o que pode e o que não pode ser feito naquele espaço. Durante a pesquisa, a partir de relatos dos moradores, foram comparadas a qualidade de vida e a sustentabilidade da ilha antes e depois da criação da APA. O estudo mostrou a necessidade de políticas ambientais eficazes, bem como crescimento da responsabilidade ambiental dos moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Política Socioambiental; Sustentabilidade; APA da ilha do Combú; Belém/Pará.

INTRODUÇÃO

O aumento populacional acompanhado dos processos tecnológicos decorrentes do próprio desenvolvimento econômico tem gerado problemas ambientais de diversas naturezas, os quais até então não são resolvidos pelo atual modelo. Os diversos ramos da produção industrial, ou agroindustrial, são grandes geradores setoriais de procedimentos, produtos, efluentes e resíduos de efeitos impactantes potenciais ao ambiente. Assoreamentos de mananciais e comprometimento da qualidade das águas, se não de acúmulos de tóxicos e de natureza deletéria ao ambiente, constituem alguns dos problemas objetos de enfoque do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade Ideal (FACI). O curso tem permitido a discentes e docentes realizar pesquisas sobre a região insular de Belém. Depois de se pesquisar a ilha de Murutucu, em 2009, se partiu para a investigação em

2010, da maior Área de Proteção Ambiental da cidade de Belém. A Região Metropolitana de Belém / RMB, segundo IBGE (2010) apresenta uma projeção demonstrando que está cada vez maior, no entanto sem infraestruturas sociais econômicas e ambientais. Belém, de acordo com Santos (2004), teve sua população aumentada. E, ainda, segundo o autor, a cidade cresceu, mas não se desenvolveu. Dessa forma, cabe ao Estado estabelecer ações de Políticas Públicas socioambientais considerando as suas peculiaridades. Ressalte-se que 65% do território da cidade corresponde à área insular, todavia a concentração antrópica se dá na parte continental. As ilhas passam a ser foco dos estudos por apresentarem características rurais-ribeirinhas com áreas cujas coberturas vegetais ainda se apresentam em partes conservadas.

Contudo, a criação da Área de Proteção Ambiental da ilha do Combú / APA fez com que as populações tradicionais, que englobam uma série de atores sociais que vão desde os ribeirinhos, índios e afro descendentes, até as de origem urbana, em certa medida, migrassem para região urbana. Movimento esse em busca de moradias mais acessíveis e com melhor condição de vida, em função das limitações que passaram a ser estabelecidas com a criação da APA. Logo a Ilha do Combú sofreu uma forte intervenção por parte da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, de forma a estabelecer regras para preservação da flora local, especificamente para a preservação do Açaí nativo, pois a extração do seu palmito colocava em risco essa espécie. Com isto, as comunidades, a partir de então, sentiram a presença reguladora do Estado. Em virtude dessa situação, que perdura há treze anos, resolveu-se realizar o presente estudo de forma a buscar subsídios a respeito da necessidade de investigar as consequências da criação da APA Combú. Após diversas observações, frutos de viagens realizados no primeiro semestre de 2010 à ilha, a equipe de pesquisa percebeu que a questão da derrubada do açaí, para extração do palmito, foi controlada. Todavia, as questões ligadas a melhoria da qualidade de vida das comunidades ainda continuam sendo um desafio.

DESENVOLVIMENTO

CARACTERIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

O estudo foi feito na APA da ilha do Combú, localizada no município de Belém. A área possui aproximadamente 15 quilômetros quadrados, entre as coordenadas geográficas de 01°29'20'' (extremo norte), 01°31'11''(extremo sul), 48°25'54''(extremo leste), 48°29'34'' (extremo oeste), que são as paralelas e meridianos. As distâncias entre os extremos são: Norte-Sul: 3400m e Leste-Oeste: 6.800m. Em síntese, a ilha está localizada à margem esquerda do rio Guamá, em frente à cidade de Belém, distanciando-se um quilometro e meio do continente. A ilha do Combú é considerada, em tamanho e espaço territorial, a quarta maior ilha de Belém, ela está situada às margens do Rio Guamá ao norte, circundada ao sul pelo Furo São Benedito, a leste pelo Furo da Paciência e a oeste pela Baía do Guajará. É entrecortada por vários igarapés, dentre os quais os igarapés Combú e Piriquitaquara, encontrando-se ao entorno deles a maior densidade populacional. A APA foi criada pela lei N°. 6.083, de 13 de novembro de 1997, como resposta à necessidade de proteção dos açaizeiros que eram explorados de forma inadequada para extração e comercialização do palmito.

A ilha do Combú caracteriza-se por apresentar atrativos naturais e beleza cênica de grande importância, com variados ecossistemas dotados de igarapés, furos, mata fechada e inúmeras espécies da fauna e flora, com uma população de aproximadamente 1.300 pessoas. As atividades econômicas locais concentram-se na extração e comercialização de produtos como cacau, banana, coco, manga, pupunha, cupuaçu, andiroba, jambo, limão, biriba, caju, além de plantas medicinais e principalmente o açaí (PARÁ, 2009).

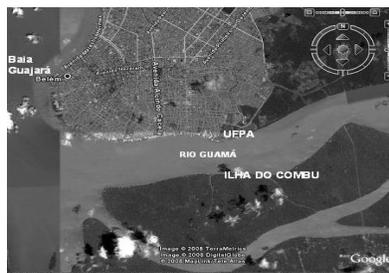


Figura 1: Ilha do Combú.

Para realizar esse estudo diversas dificuldades foram enfrentadas começando pela forma de acesso. Esse só era possível por meio de embarcações contratadas, pois não há linhas regulares para o acesso ao local. A locomoção na APA exigia também empenho do grupo, em função da área de várzea permanecer quase o ano todo alagada. O deslocamento para acesso às residências, em geral, é feito sobre toras de açaizeiros.

A RELAÇÃO DE USO E PRESERVAÇÃO

Para o estudo, tornou-se importante conhecer a realidade em que vivem os moradores da ilha e, a partir dela, avaliar as políticas ambientais adotadas pelo setor público, bem como as iniciativas do setor privado. Essas questões incentivam a se questionar as relações de dependências existentes entre os moradores e os recursos naturais da ilha, pois essa dependência constrói o modo de vida das populações ribeirinhas e suas próprias formas de subsistências. Com a transformação da ilha em APA, faz-se necessário problematizar como essa relação, entre homens e natureza, foi afetada.

Uma questão tão relevante quanto às anteriores é analisar como as Unidades de Conservação/UCs, depois de criadas, estão sendo gerenciadas. Faz-se necessário definir, nesses casos; estratégias de produção sustentável que beneficiem moradores de Reservas Extrativistas, assim como precisam ser implementados Programas de educação ambiental e turismo ecológico em Parques Nacionais e Estaduais. (Política ambiental 2007).

Como problematização central deste estudo, destaca-se o questionamento sobre a atuação do Estado, dentre as suas atribuições, no sentido de gerar condições de subsistência e alternativas de trabalho para os moradores da ilha. Verificou-se que essa questão é bastante pertinente, pois, segundo os ilhéus, a limitação do uso da APA, decorrente da legislação ambiental, influenciou na dificuldade da geração de renda local. Percebeu-se que o poder público tem feito muito pouco para mitigar essa situação como forma de compensar as perdas dos moradores da ilha. Suas comunidades terão que restringirem as ações de extrativismo dos recursos naturais, pois a APA possui regulamentações que limitam a ação do homem sobre a natureza.

A proteção e o uso sustentável da biodiversidade figuram entre os grandes desafios da humanidade para as próximas décadas. Uma das estratégias práticas para se atingir estas metas, que tem sido considerada unanimidade entre os ambientalistas ao redor do mundo, é a criação e a manutenção de Unidades de Conservação como Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Reservas Extrativistas. Se bem gerenciados, esses espaços, oficialmente protegidos, podem contribuir de forma extremamente relevante para a proteção da natureza contra a extinção de espécies, desmatamento em larga escala e mal uso de recursos naturais.

Análises realizadas em vários países tropicais mostraram que Parques Nacionais e outras categorias de UCs são bastante eficazes na contenção de várias formas de destruição ambiental como desmatamento e caça abusiva (Aaron *et AL*).



Figura 2: Escola Santo Antonio (salão principal).



Figura 3: Escola Santo Antonio (salas de aula).

A necessidade de preservar o meio ambiente é real e urgente haja vista a extinção de espécies, poluição de rios, desmatamentos, assoreamento e contaminação do solo e mudanças climáticas pelos quais passa o planeta. O homem tem sido afetado por essas mudanças. Daí a necessidade de se criar políticas ambientais para fins de garantir a preservação do meio ambiente, bem como da vida. Quando se fala em meio ambiente, refere-se ao conjunto de ecossistemas que compõem ou dão sustentabilidade a biota da qual o homem é parte integrante e não pode se desassociar, portanto preservar o meio ambiente é preservar a própria humanidade.

Porém, não se pode pensar em proteger a natureza sem pensar em políticas sociais que venham proteger o próprio homem, garantindo-lhe condições de vida digna. Esse pensamento é perfeitamente válido quando faz referência a uma população, como a dos moradores da APA do Combú que sobrevivem basicamente do extrativismo vegetal, pois logo surge um impasse: como conciliar a exploração desses recursos naturais com a preservação ambiental.

A partir de 1968, com o relatório do clube de Roma “Nosso futuro comum”, as questões ambientais ganharam destaque no cenário mundial. Em 1987, destaca-se o relatório da comissão Brundland (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas nações unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental). Foi a partir do relatório “Nosso futuro comum” que surgiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que diz respeito fazer uso dos recursos naturais de uma forma que eles não sejam extintos para o futuro. É justamente esse modelo de sustentabilidade que se defende para a ilha do Combú, no entanto, para sua aplicação, fazem-se necessárias a criação e a execução de políticas socioambientais mais eficazes.

POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

As políticas públicas de caráter socioambiental objetivam propiciar uma vivência harmoniosa entre homem e natureza assegurando a continuidade do processo natural que se configura no planeta desde que homem e natureza passaram a ocupar o mesmo espaço, levando-se em consideração o fato de que essa forma de convivência sofreu uma forte alteração, a partir do surgimento da industrialização. A partir daí os processos produtivos passaram a consumir uma grande quantidade de recursos naturais. Esse quadro coloca em cheque a existência desses recursos para o futuro levando a extinção de várias espécies de animais e vegetais. E colocando em risco todo ecossistema equilibrado, inclusive, a existência do próprio homem no planeta.

As políticas socioambientais devem ser criadas e geridas, a partir do pressuposto de que o meio ambiente deve ser protegido das ações antrópicas destrutivas. Enseja-se que a natureza se mantenha preservada para as futuras gerações e, ao mesmo tempo, ofereçam-se condições de existências, com dignidade, para as pessoas que interagem com esse meio. As políticas públicas, de caráter socioambiental, desenvolvidas na Ilha do Combú, devem ter como objetivo a inclusão social dos seus moradores, levando em consideração o fato de que ela é uma Área de Proteção Ambiental, portanto deve contar com políticas específicas diferenciadas e que venham ao encontro dos interesses e necessidades daquela população sem, no entanto, desassociar a inclusão social da preservação ambiental.

Com base nesse pensamento e nas observações que foram feitas na ilha, nos resultados da aplicação de questionários e das entrevistas, bem como nas políticas ambientais lá desenvolvidas pelos órgãos responsáveis, ficou claro que muito precisa ser feito para que este patamar de conciliação entre preservação ambiental e desenvolvimento social seja alcançado.

COLETAS DE DADOS

Para a obtenção de dados foram realizadas várias visitas de campo à APA da Ilha Combú. Procurou-se observar se as políticas socioambientais eram desenvolvidas, tais como ecoturismo; programas de financiamento de créditos; bolsa trabalho, no período de entressafra do Açaí; programas de capacitação para trabalhos artesanais para as comunidades; e programas de educação ambiental e quais benefícios trariam à população. Entrevistou-se e aplicaram-se questionários junto às quatro comunidades registradas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente/SEMA e em seguida cruzou-se estas informações com as colhidas junto aos órgãos públicos para se ter noção geral da realidade que se encontrou ali.



Figura 4: Morador da Ilha sendo entrevistado

Na ilha, foram coletados dados referentes à existência e à aplicação, ou não, de leis ambientais que visem propiciar uma gestão ambiental eficiente, capazes de promover a preservação ambiental e, ao mesmo tempo, dar condições de sobrevivência, com dignidade, para os moradores, ou seja, leis e ações que contemplem o desenvolvimento socioambiental.

Junto à SEMA, na pessoa do gerente executivo da APA da Ilha do Combú, se obteve a informação de que este órgão tem um importante projeto para o desenvolvimento sustentável com fomento à economia local, por meio do ecoturismo para o conjunto de ilhas. O projeto se chama “Complexo Turístico Ambiental da APA da Ilha do Combú” e consiste também na elaboração do plano de manejo da Ilha.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No conjunto de levantamento bibliográfico, documental e de campo, foi observada a existência de algumas políticas socioambientais que são desenvolvidas na ilha, entretanto de forma esporádica, como programas de qualificação profissional, que segundo o que foi dito por moradores, esses surgem e desaparecem. E as pessoas que os fazem? Ficam sem acompanhamento, não se obtendo o resultado esperado. Com relação à bolsa trabalho, no período da entressafra do açaí, são poucas as pessoas que recebem o benefício ficando a maioria sem opção de renda.

Quanto à conscientização ambiental dos moradores; essa é uma relação que segue um processo natural, pois não há intervenção dos órgãos competentes para realizar a educação ambiental sistemática, haja vista que grande parte dos ilhéus, após quase treze anos de criação da APA Combú, ainda não sabem que a Ilha é uma Área de Proteção Ambiental. Contudo, se constatou durante a pesquisa a busca por uma relação de harmonia e equilíbrio entre as comunidades com o meio ambiente, principalmente entre os moradores conscientes do valor e da necessidade de uma APA, visando à preservação.

Algumas políticas desenvolvidas na Ilha, pelo poder público, se mostram ineficientes para propiciar qualidade de vida para os habitantes por ausência de sistematicidade. Não se observou políticas permanentes ou ações oriundas do setor privado. Constatou-se, também, a falta de programas de capacitação e geração de crédito permanente para qualificar agricultores e produtores artesanais, por ser a extração do açaí a principal fonte de renda da população da ilha e no período de entre safra não ter alternativa de renda para maioria da população. Anteriormente à criação da APA, as palmeiras eram derrubadas para extrair o palmito. Atualmente com a proibição, faltam alternativas de renda para a população. Essas dificuldades deveriam ser atendidas pelos órgãos governamentais.

Com relação às hipóteses apresentadas, ficou constatado que, apesar de haver algumas ações do poder público objetivando criar condições para que o ribeirão tenha alternativas de renda, essas ações não tem se mostrado capazes de assegurar esses benefícios para todos, ficando os moradores sem poder derrubar as palmeiras de açaí para a retirada do palmito e sem assistência do poder público.

RESULTADOS OBTIDOS

A principal razão da transformação da ilha do Combú em uma APA se deu em virtude da exploração desordenada e devastadora dos açaizeiros derrubados para a retirada dos palmitos durante o período da entressafra do açaí. Pode-se afirmar, que a criação dessa UC foi positiva, no sentido legal e ambiental. A regulamentação da APA vem prever a coibição de prática não sustentáveis, garantindo a preservação de espécies, tanto da fauna como da flora, além da sustentabilidade comunitária.

Observando os resultados, para a população ou parte dela, constatou-se que houve uma perda na renda das pessoas que se utilizavam desse meio para a manutenção de suas famílias, pois tiveram suas atividades limitadas em virtude da criação da APA. Observou-se também a ausência do Estado no sentido de gerar condições de sustentabilidade e alternativas de trabalho, bem como a implicações, de impor, por meio de legislações o que pode e o que não pode ser feito naquela área. Na pesquisa, a partir de relatos, se comparou a qualidade de vida dos moradores antes e depois da criação.

O estudo mostrou a necessidade de políticas ambientais eficazes, pois ainda não há programas estaduais ou municipais que propiciem a sustentabilidade econômica para as comunidades. Todavia, observou maior responsabilidade ambiental dos moradores, visto que a ilha não apresenta sistema de abastecimento de água e esgoto, o que poderia trazer para os moradores um benefício significativo na qualidade de vida e na geração de renda. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente projetou o “**complexo turístico ambiental da APA da Ilha do Combú**”, projeto que consiste: na elaboração do plano de manejo da Ilha e na construção: da sede administrativa; do centro de visitação; de passarelas; de 2 (dois) ancoradouros; de 2 (dois) mirantes/deck; de 4 (quatro) torres de observação; da casa do ribeirão; da casa do Açaí; de 1 (um) playground; de 2 (duas) trilhas ecológicas; de placas de sinalização; Além de proporcionar cursos de capacitação. Esse projeto tem o aval da Diretoria de Áreas Protegidas/DIAP, da Coordenadoria de Unidades de Conservação/CUC e da Gerência da APA da Ilha do Combú.

CONCLUSÕES

Em virtude dos estudos e das análises feitas *in loco*, em órgãos governamentais, na legislação e normatizações e em bibliografia especializada, se chegou ao seguinte entendimento: os estudos sobre as consequências da criação da APA do Combú indicam que há uma série de benefícios para a biodiversidade da ilha. Houve uma desaceleração do desmatamento e do risco de extinção do açaí nativo e de outras espécies florísticas. Porém, para a população local, os benefícios foram parciais, mesmo assim, a população ganha maior qualidade ambiental, o que reflete em qualidade de saúde e de vida, pelo fato da mata ser preservada. Entretanto, com relação ao trabalho não se traduziu em benefício, ao contrário diminuiu seu campo de atuação implicando em diminuição de renda. Portanto, para os moradores da ilha, o conjunto de políticas públicas deve estar associadas para que meio ambiente e sociedade possam ter uma interação menos desarmoniosa para que o desenvolvimento seja sustentável.



Assim sendo o governo e as comunidades terão um grande desafio pela frente. A necessidade de implantação de projetos estruturantes e de longo prazo, que passou a abranger a área social, econômica e ambiental de forma a construir um espaço sustentável para as diversas gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DRUCK, S. CARVALHO, M. S. CÂMARA, G. MONTEIRO, A. M. V. **Análise Espacial de Dados Geográficos**. INPE. São José dos Campos, 2ª ed. 2002.
2. PARÁ. Governo do estado. **Roteiro metodológico para elaboração do plano de manejo das unidades de conservação do estado do Pará**. Belém: SEMA, 2009.
3. SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de textos. 2004. 184 p.